

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 163.889 - SP (2019/0043881-0)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
SUSCITANTE : FERTILIZANTES HERINGER S.A
ADVOGADOS : JÚLIO KAHAN MANDEL - SP128331
PAULO CEZAR SIMÕES CALHEIROS - SP242665
EMERSON LUIS ROSSI DA SILVA E OUTRO(S) - SP278591
SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE PAULÍNIA - SP
SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ - MT
INTERES. : AMAGGI LOUIS DREYFUS ZEN-NOH GRAOS S.A.

EMENTA

CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA. SOCIEDADE EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. MEDIDAS DE CONSTRIÇÃO, POR OUTRO JUÍZO, DE BENS INTEGRANTES DO PATRIMÔNIO DA RECUPERANDA. SUSTAÇÃO QUE SE IMPÕE. LIMINAR DEFERIDA.

DECISÃO

Trata-se de conflito de competência suscitado por Fertilizantes Heringer S/A, no qual aponta como suscitados o Juízo de Direito da 2ª Vara de Paulínia - SP e o Juízo de Direito da 4ª Vara Cível de Cuiabá - MT.

Afirma a suscitante que, "diante de dificuldades econômicas e financeiras por ela enfrentadas, viu-se obrigada a se socorrer dos benefícios de uma recuperação judicial, nos termos do art. 47 da Lei de Falências, sendo o feito distribuído no dia 04/02/2019, perante d. Juízo da 2ª Vara da Comarca de Paulínia - SP (Juízo Recuperacional), autos digitais nº 1000339-55.2019.8.26.0428" (e-STJ, fl. 4).

O Juízo Cível de Paulínia - SP, por sua vez, deferiu o processamento da recuperação judicial, oportunidade em que determinou a suspensão dos atos de expropriação de bens e valores essenciais à manutenção da atividade da empresa, pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

Não obstante, o Juízo de Direito da 4ª Vara Cível de Cuiabá - MT, "nos autos da Cautelar Antecedente nº 1005472-92.2019.8.11.0041, movida por AMAGGI & LD COMMODITIES S.A., deferiu pedido de liminar determinando a busca e apreensão e/ou arresto e REMOÇÃO de 1.422.000 kg (mil quatrocentos e vinte e duas toneladas) de fertilizantes KCL de 60% BAG junto ao armazém da unidade da Recuperanda" (e-STJ, fls. 7-8), violando, assim, a competência do Juízo Recuperacional, pois este, ao deferir o processamento da recuperação judicial, tornou-se "o único competente a

delimitar questões atinentes a alienação de bens/valores decorrentes de créditos sujeitos ou não ao favor legal, com o escopo de resguardar tanto a paridade de credores como a manutenção/funcionamento da empresa, nos termos do art. 47, da Lei 11.101/2005" (e-STJ, fl. 8).

Busca, assim, "a concessão liminar de tutela específica, nos termos do art. 955 do Código de Processo Civil c/c o art. 187, 219 e seguintes do RI-TJSP, para o fim de que seja determinada a imediata suspensão em face da Suscitante do processamento da ação cautelar que tramita perante o D. JUÍZO SUSCITADO, tornando insubsistente a expedição de mandado de busca e apreensão/arresto para retirada de bens, proferidos em face da Recuperanda/Suscitante, designando o D. JUÍZO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE PAULÍNIA/SP (JUÍZO RECUPERACIONAL), para dirimir e deliberar em caráter provisório sobre as questões consideradas urgentes até o julgamento do presente conflito de competência" (e-STJ, fls. 18-19).

E, no mérito, seja reconhecida a competência do Juízo de Direito da 2ª Vara de Paulínia - SP para decidir sobre todos os atos de constrição no patrimônio da suscitante.

Brevemente relatado, decido.

O quadro delineado pela suscitante justifica, ao menos neste exame perfunctório, o deferimento da medida urgente pleiteada, estando atendidos, a meu juízo, os requisitos do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, caracterizado este pela determinação do Juízo de Direito da 4ª Vara Cível de Cuiabá - MT de "determinar a busca e apreensão e/ou arresto e remoção da quantidade de 1.422.000 kg (mil quatrocentos e vinte e duas toneladas) de fertilizantes KCL de 60% BAG junto ao armazém da unidade da requerida [Fertilizantes Heringer S/A], ou outra unidade desta onde o produto possa ser encontrado" (e-STJ, fl. 31).

No que toca à plausibilidade do direito invocado, o entendimento da Segunda Seção desta Corte é no sentido de ser o Juízo onde se processa a recuperação judicial o competente para julgar as causas em que estejam envolvidos interesses e bens da empresa recuperanda, inclusive para o prosseguimento dos atos de execução que envolvam créditos apurados em outros órgãos judiciais (CC n. 110.941/SP, Relatora a

Ministra Nancy Andrigli, DJe de 1º/10/2010).

No mesmo sentido:

AGRAVO REGIMENTAL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. MEDIDAS DE CONSTRIÇÃO E DE VENDA DE BENS INTEGRANTES DO PATRIMÔNIO DA EMPRESA. COMPETÊNCIA. JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. PRECEDENTES. DECISÃO AGRAVADA MANTIDA. IMPROVIMENTO. 1.- A controvérsia posta nos autos encontra-se pacificada no âmbito da Segunda Seção desta Corte, no sentido de que compete ao Juízo da recuperação judicial tomar todas as medidas de constrição e de venda de bens integrantes do patrimônio da empresa sujeitos ao plano de recuperação judicial, uma vez aprovado o referido plano.

2.- O agravo não trouxe nenhum argumento novo capaz de modificar o decidido, que se mantém por seus próprios fundamentos.

3.- Agravo Regimental improvido. (AgRg no CC n. 130.363/SP, Relator o Ministro Sidnei Beneti, DJe de 13/11/2013, sem grifo no original)

PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA. JUÍZO DE DIREITO E JUIZADO ESPECIAL CÍVEL. PROCESSO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL (LEI N. 11.101/05). AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. DANOS MORAIS. VALOR DA CONDENAÇÃO. CRÉDITO APURADO. HABILITAÇÃO. ALIENAÇÃO DE ATIVOS E PAGAMENTOS DE CREDORES. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. PRECEDENTES DO STJ.

1. Com a edição da Lei n. 11.101/05, respeitadas as especificidades da falência e da recuperação judicial, é competente o respectivo Juízo para prosseguimento dos atos de execução, tais como alienação de ativos e pagamento de credores, que envolvam créditos apurados em outros órgãos judiciais, inclusive trabalhistas, ainda que tenha ocorrido a constrição de bens do devedor.

2. Após a apuração do montante devido, processar-se-á no juízo da recuperação judicial a correspondente habilitação, sob pena de violação dos princípios da indivisibilidade e da universalidade, além de desobediência ao comando prescrito no art. 47 da Lei n. 11.101/05.

3. Conflito de competência conhecido para declarar competente o Juízo de Direito da 1ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro (RJ). (CC n. 90.160/RJ, Relator o Ministro João Otávio de Noronha, DJe de 5/6/2009, sem grifo no original)

Ademais, ainda está em curso o prazo de suspensão de todas as ações e execuções movidas contra a suscitante (*stay period*) determinado pelo Juízo Recuperacional, nos termos do art. 52, III, da Lei n. 11.101/2005.

Ante o exposto, **defiro a liminar** para determinar a imediata suspensão do Processo n. 1005472-92.2019.8.11.0041, em trâmite no Juízo de Direito da 4ª Vara Cível de Cuiabá - MT, ficando designado o Juízo de Direito da 2ª Vara de Paulínia - SP para dirimir, em caráter provisório, as questões urgentes.

Oficie-se, **com urgência**, aos Juízos suscitados, comunicando-lhes o teor desta decisão, e solicitando-lhes que prestem as necessárias informações, no prazo de 10 (dez) dias.

Após, abra-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator